

Sumário

Capítulo 1 – Seguridade Social	1
1. Origem e evolução legislativa da previdência social no Brasil	2
2. Conceituação	7
2.1. Saúde	7
2.2. Assistência Social	8
2.3. Previdência social	8
2.3.1. Regime Geral de Previdência Social	9
2.3.2. Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores públicos e militares	9
2.3.3. Previdência complementar	13
3. Princípios constitucionais da seguridade social	15
3.1. Universalidade da cobertura e do atendimento	16
3.2. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços entre as populações urbanas e rurais	16
3.3. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços	17
3.4. Irredutibilidade do valor dos benefícios	17
3.5. Equidade na forma de participação no custeio	21
3.6. Diversidade da base de financiamento	21
3.7. Caráter democrático e descentralizado da administração – gestão quadripartite	24
3.8. Preexistência do custeio em relação ao benefício ou serviço	25
3.9. Anterioridade nonagesimal	25
3.10. Solidariedade	27
4. Dispositivos constitucionais referentes à previdência social	27
4.1. Caráter contributivo	27
4.2. Filiação obrigatória	28
4.3. Equilíbrio financeiro e atuarial	28
4.4. Garantia do benefício mínimo	28
4.5. Atualização monetária dos salários de contribuição	29
4.6. Preservação do valor real dos benefícios	29
4.7. Contagem recíproca do tempo de contribuição	30
4.8. Proibição de critérios diferenciados para concessão de aposentadoria	31
4.9. Sistema especial de inclusão previdenciária	32
4.10. Previdência complementar facultativa	32
5. Organização da seguridade social	33
5.1. Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS	33
5.1.1. Composição do CNPS	33
5.1.2. Competência do CNPS	34
5.1.3. Competência dos órgãos governamentais	34
5.1.4. Publicidade das resoluções	35
5.1.5. Reuniões do CNPS	35

5.1.6. Estabilidade no emprego dos representantes dos trabalhadores	35
5.2. Conselhos de Previdência Social – CPS	35
5.2.1. Composição.....	36
5.3. Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS	36
5.3.1. Composição do CRPS	37
5.3.2. Juntas de Recursos	38
5.3.3. Câmaras de Julgamento	38
5.3.4. Conselho Pleno	38
5.3.5. Gratificação dos membros do CRPS	38
Exercícios de Fixação	39

Capítulo 2 – Legislação Previdenciária 51

1. Lei e legislação	52
2. Fontes	52
3. Autonomia	55
4. Aplicação	56
5. Vigência	58
6. Hierarquia	60
7. Interpretação	61
8. Integração	62
8.1. Analogia	62
8.2. Princípios gerais da seguridade social	62
8.3. Princípios gerais do direito	62
8.4. Equidade	63
Exercícios de Fixação	63

Capítulo 3 – Regime Geral de Previdência Social 65

1. Introdução	66
2. Beneficiários do Regime Geral de Previdência Social	66
2.1. Segurados obrigatórios	68
2.1.1. Segurado empregado	69
2.1.2. Segurado empregado doméstico	81
2.1.3. Segurado trabalhador avulso	83
2.1.4. Segurado especial	85
2.1.4.1. Regime de economia familiar	86
2.1.4.2. Local da residência do segurado especial	87
2.1.4.3. Produtor rural	87
2.1.4.4. Pescador artesanal	89
2.1.4.5. Cônjuge, companheiro e filho maior de 16 anos de idade	90
2.1.4.6. Não descaracterização da condição de segurado especial	91
2.1.4.7. Membro do grupo familiar que possui outra fonte de rendimento	92
2.1.4.8. Data da exclusão do segurado especial	93
2.1.4.9. Comprovação da atividade rural	94
2.1.5. Segurado contribuinte individual	95

2.1.6. Situações específicas	112
2.1.6.1. Dirigente Sindical	112
2.1.6.2. Aposentado que volta a trabalhar	112
2.1.6.3. Trabalhador que exerce mais de uma atividade	113
2.1.6.4. Enquadramento realizado pela fiscalização	113
2.2. Segurado facultativo	113
2.3. Dependentes	115
2.3.1. Cônjuge	116
2.3.2. Companheira e companheiro	117
2.3.3. Companheiros homossexuais	118
2.3.4. Filhos	119
2.3.5. Equiparados a filhos	122
2.3.6. Os pais	123
2.3.7. Irmãos	123
3. Filiação do segurado	124
4. Inscrição do segurado	124
5. Inscrição do dependente	126
5.1. Comprovação do vínculo e da dependência econômica	126
6. Trabalhadores excluídos do RGPS	127
Exercícios de Fixação	129

Capítulo 4 – Manutenção e perda das qualidades de segurado e de dependente 143

1. Manutenção da qualidade de segurado	144
2. Direitos preservados durante o período de graça	147
3. Perda da qualidade de segurado	147
3.1. Efeitos da perda da qualidade de segurado	148
4. Perda da qualidade de dependente	149
Exercícios de Fixação	154

Capítulo 5 – Prestações do Regime Geral de Previdência Social 157

1. Conceitos introdutórios	160
1.1. Carência	160
1.1.1. Contagem do período de carência	160
1.1.2. Contagem da carência para o segurado especial	163
1.1.3. Benefícios sujeitos à carência	164
1.1.4. Perda da qualidade de segurado	165
1.1.5. Regra de transição	167
1.2. Salário-de-benefício (SB)	168
1.2.1. Cálculo do salário-de-benefício	169
1.2.2. Fator previdenciário	172
1.3. Limites da renda mensal do benefício	174
1.3.1. Reajustamento do teto do RGPS	175
1.3.2. Revisão do teto do RGPS nas Emendas Constitucionais n ^{os} 20/1998 e 41/2003	176

1.4. Reajustamento do valor do benefício	177
1.5. Data de pagamento dos benefícios	179
1.6. Acidente do trabalho	180
1.6.1. Hipóteses equiparadas a acidente do trabalho	181
1.6.2. Nexo técnico epidemiológico	182
1.6.3. Comunicação do Acidente de Trabalho – CAT	183
1.6.4. Dia do acidente	184
1.6.5. Estabilidade no emprego	184
2. Benefícios do RGPS	184
2.1. Aposentadoria por invalidez	184
2.1.1. Verificação da incapacidade	185
2.1.2. Doença preexistente	186
2.1.3. Beneficiários	186
2.1.4. Carência	186
2.1.5. Renda mensal inicial	187
2.1.6. Data de início da aposentadoria por invalidez	190
2.1.7. Cessação do benefício	190
2.1.8. Situação trabalhista do empregado	192
2.2. Aposentadoria por idade	194
2.2.1. Perda da qualidade de segurado	195
2.2.2. Aposentado que permanece em atividade ou que a ela retorna	196
2.2.3. Aposentadoria compulsória	196
2.2.4. Beneficiários	197
2.2.5. Carência	197
2.2.6. Renda mensal inicial	198
2.2.7. Data de início do benefício	199
2.2.8. Cessação do benefício	199
2.3. Aposentadoria por tempo de contribuição	201
2.3.1. Aposentadoria do professor	202
2.3.2. Beneficiários	203
2.3.3. Carência	203
2.3.4. Renda mensal inicial	205
2.3.5. Aposentadoria proporcional	205
2.3.6. Direito adquirido	206
2.3.7. Tempo de contribuição	207
2.3.8. Prova do tempo de contribuição	212
2.3.9. Contagem recíproca de tempo de contribuição	216
2.3.10. Período de atividade do contribuinte individual alcançado pela decadência	217
2.3.11. Aposentado que permanece em atividade ou que a ela retorna	218
2.3.12. Data de início do benefício	218
2.3.13. Cessação do benefício	219
2.4. Aposentadoria especial	220
2.4.1. Comprovação da exposição	222
2.4.2. Agentes nocivos	222
2.4.3. Conversão de tempo entre atividades especiais	225

2.4.4. Conversão de tempo especial para comum	226
2.4.5. Impossibilidade de conversão de tempo comum para especial	229
2.4.6. Beneficiários	230
2.4.7. Carência	230
2.4.8. Renda mensal inicial	230
2.4.9. Aposentado que permanece em atividade ou que a ela retorna	230
2.4.10. Data de início do benefício	231
2.4.11. Cessação do benefício	231
2.4.12. Previsão constitucional	232
2.5. Auxílio-doença	233
2.5.1. Requerimento	233
2.5.2. Verificação da incapacidade	234
2.5.3. Doença preexistente	234
2.5.4. Segurado que exerce mais de uma atividade	234
2.5.5. Beneficiários	235
2.5.6. Carência	235
2.5.7. Renda mensal inicial	236
2.5.8. Data de início do benefício	236
2.5.9. Cessação do benefício	238
2.5.10. Prazo para recuperação da capacidade	239
2.5.11. Contagem do período de auxílio-doença como tempo de contribuição	239
2.5.12. Situação trabalhista do empregado	239
2.6. Auxílio-acidente	240
2.6.1. Situações que dão direito ao auxílio-acidente	241
2.6.2. Situações que não dão direito ao auxílio-acidente	244
2.6.3. Perda da audição	244
2.6.4. Beneficiários	245
2.6.5. Acumulação	246
2.6.6. Carência	247
2.6.7. Renda mensal inicial	247
2.6.8. Data de início do benefício	248
2.6.9. Cessação do benefício	248
2.7. Salário-família	249
2.7.1. Beneficiários	250
2.7.2. Carência	251
2.7.3. Renda mensal do benefício	251
2.7.4. Pagamento do salário-família	253
2.7.5. Data de início do benefício	254
2.7.6. Suspensão do benefício	254
2.7.7. Cessação do benefício	255
2.8. Salário-maternidade	257
2.8.1. Parto	257
2.8.2. Aborto não criminoso	258
2.8.3. Adoção de criança	258

2.8.4. Beneficiárias	259
2.8.5. Situação da desempregada	259
2.8.6. Carência	259
2.8.7. Renda mensal do benefício	260
2.8.8. Pagamento do salário-maternidade	262
2.8.9. Incidência de contribuição previdenciária	263
2.8.10. Requerimento do benefício	263
2.8.11. Acumulação	264
2.8.12. Período de duração	264
2.8.13. Programa Empresa Cidadã	265
2.8.14. Cessação do benefício	266
2.9. Pensão por morte	267
2.9.1. Morte presumida	268
2.9.2. Beneficiários	269
2.9.3. Óbito ocorrido após a perda da qualidade de segurado	274
2.9.4. Carência	275
2.9.5. Renda mensal inicial	275
2.9.6. Cessação do pagamento da cota individual	278
2.9.7. Cessação do benefício	279
2.10. Auxílio-reclusão	280
2.10.1. Beneficiários	283
2.10.2. Carência	283
2.10.3. Requerimento do benefício	283
2.10.4. Conversão em pensão por morte	284
2.10.5. Renda mensal inicial	284
2.10.6. Data de início do benefício	285
2.10.7. Período de duração	285
2.10.8. Suspensão do benefício	285
2.10.9. Cessação do pagamento da cota individual	286
2.10.10. Cessação do benefício	286
2.11. Abono anual	287
2.11.1. Forma de cálculo	287
2.11.2. Quando é pago	288
3. Serviços do RGPS	289
3.1. Habilitação e reabilitação profissional	289
3.1.1. Beneficiários	289
3.1.2. Carência	289
3.1.3. Processo de habilitação e reabilitação profissional	289
3.1.3.1. Fornecimento de equipamentos	290
3.1.3.2. Programação profissional	290
3.1.3.3. Conclusão do processo	291
3.1.4. Obrigação das empresas	291
3.2. Serviço social	292
3.2.1. Beneficiários	292
3.2.2. Carência	292
3.2.3. Regras gerais	292

4. Acumulação de benefícios	293
5. Valores que podem ser descontados dos benefícios	294
Exercícios de Fixação	297

Capítulo 6 – Empresa e empregador doméstico: conceito previdenciário .. 319

1. Empresa	320
1.1. Equiparados a empresa	320
2. Empregador doméstico	322
Exercícios de Fixação	322

Capítulo 7 – Financiamento da Seguridade Social 325

1. Contribuição da União	328
2. Receitas das contribuições sociais	328
2.1. Natureza jurídica das contribuições sociais	329
2.2. Competência para instituição das contribuições sociais	332
2.3. Contribuições sociais previdenciárias	333
2.3.1. Contribuição previdenciária do segurado	333
2.3.1.1. Contribuição do empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso	333
2.3.1.2. Contribuição do trabalhador rural contratado por produtor rural pessoa física por pequeno prazo	337
2.3.1.3. Contribuição do contribuinte individual	337
2.3.1.4. Contribuição do segurado especial	348
2.3.1.5. Contribuição do segurado facultativo	353
2.3.2. Contribuição previdenciária da empresa	356
2.3.2.1. Contribuição da empresa sobre a remuneração de empregados e trabalhadores avulsos	357
2.3.2.2. Contribuição da empresa sobre a remuneração de contribuintes individuais	359
2.3.2.3. Contribuição da empresa sobre serviços prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho	361
2.3.2.4. Contribuição da empresa para o RAT (antigo SAT)	363
2.3.2.5. Contribuição adicional ao RAT para o custeio da aposentadoria especial	368
2.3.2.6. Instituições financeiras	369
2.3.2.7. Empresas que prestam serviços de TI e TIC	370
2.3.2.8. Desoneração da folha de pagamento para as empresas relacionadas no art. 8º da MP nº 540/11	373
2.3.2.9. Contribuição da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional	376
2.3.2.10. Contribuição da agroindústria	378
2.3.2.11. Contribuição do produtor rural pessoa jurídica	378
2.3.2.12. Contribuição do empregador rural pessoa física	379
2.3.2.13. Contribuição da empresa optante pelo simples nacional	380
2.3.2.14. Contribuição patronal do microempreendedor individual	381

2.3.2.15. Entidade beneficente de assistência social que atenda às exigências estabelecidas em lei	382
2.3.2.16. Contribuição da empresa para outras entidades e fundos (terceiros)	385
2.3.3. Contribuição previdenciária do empregador doméstico	386
2.3.3.1. Dedução da contribuição previdenciária do empregador doméstico no imposto de renda	388
2.3.4. Contribuição previdenciária decorrente de ação trabalhista	388
2.4. Contribuições sociais não previdenciárias	390
2.4.1. COFINS	391
2.4.2. CSLL	391
2.4.3. PIS/PASEP	392
2.4.4. PIS/PASEP-Importação e COFINS-Importação	393
2.4.5. Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos	393
3. Receitas de outras fontes	394
4. Salário-de-contribuição	396
4.1. Conceito de salário-de-contribuição	397
4.2. Parcelas integrantes e não integrantes do salário-de-contribuição	398
4.2.1. Parcelas integrantes do salário-de-contribuição	399
4.2.2. Parcelas não integrantes do salário-de-contribuição	414
4.3. Proporcionalidade	433
5. Obrigações da empresa e demais contribuintes	434
5.1. Obrigações da empresa	434
5.2. Obrigação dos demais contribuintes	435
6. Prazo de recolhimento	437
7. Recolhimento fora do prazo: juros e multa	438
7.1. Juros de mora	438
7.2. Multa de mora	439
7.3. Multas de lançamento de ofício	440
7.3.1. Agravamento da multa de ofício	441
7.3.2. Redução da multa de ofício	441
Exercícios de Fixação	442

Capítulo 8 – Retenção e responsabilidade solidária

1. Retenção de 11%	460
1.1. Procedimento da retenção	461
1.2. Hipóteses de incidência da retenção	462
1.3. Empresa optante pelo Simples Nacional	463
1.4. Cooperativa de trabalho	464
1.5. Jurisprudência a respeito da retenção de 11%	465
2. Responsabilidade solidária	466
2.1. Responsabilidade solidária na construção civil	467
2.1.1. A responsabilidade solidária na construção civil será elidida	469
2.2. Empresas que integram grupo econômico	469
2.3. Produtores rurais integrantes de consórcio simplificado	470

2.4. Operador portuário e OGMO	470
2.5. Administradores públicos	471
2.6. Ato praticado sem apresentação da CND	471
2.7. Situações nas quais não há responsabilidade solidária	471
3. Responsabilidade dos administradores de pessoas jurídicas de direito privado	472
Exercícios de Fixação	473
Capítulo 9 – Obrigações acessórias	477
1. GFIP	480
2. Folha de pagamento	481
3. Contabilidade	482
4. Matrícula da empresa	483
5. Matrícula de obra de construção civil	484
6. Matrícula do produtor rural pessoa física e do segurado especial	484
7. Obrigações acessórias específicas	485
7.1. Dos Municípios	485
7.2. Das instituições financeiras	485
7.3. Dos cartórios de registro civil e de pessoas naturais	486
8. Prazo de arquivamento de documentos	486
Exercícios de Fixação	486
Capítulo 10 – Competência para arrecadar, fiscalizar e cobrar	489
1. Competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil	490
2. Competência do INSS	490
3. Exame da contabilidade	490
Exercícios de Fixação	492
Capítulo 11 – Constituição do crédito previdenciário	495
1. Lançamento por homologação	496
2. Confissão de dívida tributária	498
2.1. GFIP	498
2.2. Lançamento de débito confessado	499
3. Lançamento de ofício	500
3.1. Auto de infração	500
3.2. Notificação de lançamento	501
Exercícios de Fixação	502
Capítulo 12 – Parcelamento	505
1. Condições para formalização do parcelamento	506
2. Prestações mensais acrescidas de juros	506
3. Contribuições que não podem ser objeto de parcelamento	506
4. Reparcèlement	507
5. Rescisão do parcelamento	507
6. Parcelamentos concedidos a Estados, Distrito Federal ou Municípios	507
Exercícios de Fixação	508

Capítulo 13 – Compensação, restituição e reembolso	511
1. Compensação	512
1.1. Compensação de valores referentes à retenção de contribuições previdenciárias na cessão de mão de obra e na empreitada	512
1.2. Impossibilidade de compensação de créditos relativos às contribuições previdenciárias com débitos de outros tributos federais	513
1.3. Compensação de ofício	514
2. Restituição	515
2.1. Restituição de valores referentes à retenção de contribuições previdenciárias na cessão de mão de obra e na empreitada	516
2.2. Restituição de contribuições para terceiros (SESC, SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE, etc.)	517
3. Acréscimo de juros	517
4. Reembolso	518
5. Discussão administrativa	518
Exercícios de Fixação	519
Capítulo 14 – Decadência e prescrição	523
1. Distinção entre decadência e prescrição	524
2. Decadência e prescrição no custeio previdenciário	524
2.1. Decadência em relação às contribuições previdenciárias	525
2.2. Período de atividade do contribuinte individual alcançado pela decadência	531
2.3. Prescrição em relação às contribuições previdenciárias	531
2.4. Prescrição na restituição e compensação de contribuições	535
3. Decadência e prescrição em matéria de benefícios	536
3.1. Decadência	536
3.2. Prescrição	538
3.3. Acidente do trabalho	539
3.4. Anulação de ato administrativo relativo à concessão de benefício	539
Exercícios de Fixação	540
Capítulo 15 – Isenção de contribuições	543
1. Isenção ou imunidade?	544
2. Exigências estabelecidas em lei	545
3. Certificação das entidades beneficentes de assistência social	548
3.1. Certificação de entidade de saúde	549
3.2. Certificação de entidade de educação	550
3.3. Certificação de entidade de assistência social	550
3.4. Competência para concessão da certificação	551
3.5. Cancelamento da certificação	551
4. Requisitos para a concessão da isenção	552
5. Contribuições isentas	553
6. Suspensão do direito à isenção	554
Exercícios de Fixação	554

Capítulo 16 – Prova de inexistência de débito	557
1. Competência para a emissão	558
2. Exigência da CND ou da CPD-EN	558
2.1. Da empresa	558
2.2. Do proprietário de obra de construção civil	560
2.3. Do incorporador	561
2.4. Do produtor rural pessoa física e do segurado especial	562
2.5. Na contratação de operações de crédito com instituições financeiras	562
3. Prazo de validade	563
4. Verificação da autenticidade	563
5. Indicação da finalidade	563
6. Possibilidades de emissão da CND e da CPD-EN	564
6.1. A CND somente será expedida nas seguintes situações	564
6.2. A CPD-EN será expedida quando houver débito em nome do sujeito passivo	564
6.3. Falta de apresentação de GFIP	565
6.4. Divergência entre os valores declarados na GFIP e os efetivamente recolhidos	566
7. Estados, Distrito Federal e Municípios	567
8. Ato praticado sem apresentação da CND	567
Exercícios de Fixação	568
Capítulo 17 – Crimes contra a Previdência Social	571
1. Apropriação indébita previdenciária	572
1.1. Conduta típica	573
1.2. Desnecessidade do ânimo de apropriação para a configuração do delito ...	575
1.3. Bem jurídico tutelado	577
1.4. Sujeitos ativo e passivo	577
1.5. Pena	578
1.6. Extinção da punibilidade	578
1.7. Ação penal	581
1.8. Aplicação do princípio da insignificância	582
2. Sonegação de contribuição previdenciária	583
2.1. Conduta típica	583
2.2. Pena	583
2.3. Extinção da punibilidade	584
2.4. Ação penal	585
2.5. Bem jurídico tutelado e sujeitos ativo e passivo	586
3. Falsificação de documento público	586
4. Outros crimes	587
5. Regras gerais	587
6. Restrições	588
7. Apreensão de documentos	589
Exercícios de Fixação	589

Capítulo 18 – Infrações à legislação previdenciária	595
1. Valores das multas	596
1.1. Infrações relacionadas à GFIP	598
1.2. Falta de inscrição de segurado	600
1.3. Falta de comunicação de acidente do trabalho	600
1.4. Infrações relacionadas à GPS	602
1.5. Instituições financeiras	602
1.6. Órgão gestor de mão de obra	603
1.7. Demais infrações	604
2. Circunstâncias agravantes da penalidade	604
3. Gradação das multas	604
4. Auto de infração – AI	605
Exercícios de Fixação	605
Capítulo 19 – Recursos das decisões administrativas	609
1. Processo relativo ao custeio previdenciário	610
1.1. Competência para julgar o processo	610
1.2. Impugnação	611
1.3. Recurso dirigido ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	612
1.3.1. Recurso voluntário	612
1.3.2. Recurso de ofício	613
1.4. Recurso dirigido à Câmara Superior de Recursos Fiscais	614
1.5. Esquema gráfico do processo administrativo fiscal	614
2. Processo relativo aos benefícios previdenciários	615
2.1. Instâncias recursais	615
2.2. Efeito dos recursos	615
3. Renúncia à instância administrativa	616
Exercícios de Fixação	616
Capítulo 20 – Dívida Ativa: inscrição e execução judicial	619
1. Inscrição	620
2. Prerrogativas do crédito previdenciário	620
3. Requisitos da Lei de Execução Fiscal	621
4. Protesto de título	621
5. Indicação de bens à penhora	621
6. Leilão judicial de bens penhorados	622
7. Parcelamento do valor da arrematação	622
8. Adjudicação do bem penhorado	623
9. Concordância com valores divergentes	624
Exercícios de Fixação	624
Capítulo 21 – Estrutura do INSS	627
1. Estrutura organizacional	628
2. Direção e nomeação	629
Exercícios de Fixação	630

Capítulo 22 – Regime Próprio de Previdência Social	631
1. Beneficiários do RPPS	632
2. Custeio do RPPS	634
2.1. Contribuição dos servidores ativos	634
2.2. Contribuição de aposentados e pensionistas	636
2.3. Contribuição do ente federativo	637
3. Aposentadorias do RPPS	638
3.1. Cálculo dos proventos de aposentadoria	639
3.2. Aposentadoria compulsória	639
3.3. Aposentadoria por invalidez	640
3.4. Aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição	641
3.5. Aposentadoria voluntária por idade	642
3.6. Aposentadoria do professor	642
3.7. Aposentadoria especial	643
4. Regras de transição para concessão de aposentadoria	644
4.1. Servidores ingressos até 16/12/1998	645
4.1.1. Regra do art. 3º da EC nº 47/2005	645
4.1.2. Regra do art. 2º da EC nº 41/2003	646
4.2. Servidores ingressos até 31/12/2003 (EC nº 41/2003, art. 6º)	649
4.3. Direito de opção pela regra mais vantajosa	649
4.4. Quadro resumo das aposentadorias voluntárias	650
5. Pensão por morte do RPPS	651
6. Outros benefícios	653
7. Reajustamento dos benefícios	653
8. Limite máximo dos benefícios do RPPS	655
9. Possibilidade de aplicação de teto equivalente ao do RGPS	655
10. Abono de permanência	656
11. Um único RPPS por Ente Federativo	657
Exercícios de Fixação	658
Capítulo 23 – Previdência Complementar	661
1. Previdência complementar privada	662
1.1. Entidades fechadas de previdência complementar – EFPC	664
1.1.1. Entidades fechadas criadas por patrocinador	664
1.1.2. Entidades fechadas criadas por instituidor	665
1.1.3. Órgãos regulador e fiscalizador	665
1.1.4. Estrutura mínima para o funcionamento	666
1.1.5. Custeio das entidades fechadas	667
1.1.5.1. Regimes financeiros	667
1.1.5.2. Contribuições normais e extraordinárias	668
1.1.5.3. Resultado superavitário	668
1.1.5.4. Resultado deficitário	668
1.1.5.5. Demonstrações contábeis e avaliações atuariais	669
1.2. Entidades abertas de previdência complementar – EAPC	669
1.3. Beneficiários dos planos de previdência complementar	671

1.4. Planos de benefícios	671
1.4.1. Planos de benefícios de entidades fechadas	672
1.4.1.1. Benefício proporcional diferido – Vesting	673
1.4.1.2. Portabilidade	674
1.4.1.3. Resgate	675
1.4.1.4. Autopatrocínio	675
1.4.2. Planos de benefícios de entidades abertas	676
1.4.2.1. Planos individuais	676
1.4.2.2. Planos coletivos	676
1.4.2.3. Resgate e portabilidade nas entidades abertas	677
2. Previdência complementar pública	678
2.1. Fixação do teto do RGPS para aposentadorias e pensões do RPPS	679
2.2. Instituição do regime	680
2.3. Forma de constituição da entidade	680
2.4. Modalidade dos planos de benefícios	680
2.5. Base de cálculo da contribuição do participante	681
2.6. Contribuição do patrocinador	681
Exercícios de Fixação	682
Capítulo 24 – Assistência Social	685
1. Conceito	686
2. Objetivos	686
3. Princípios	686
4. Diretrizes	687
5. Organização e gestão	687
5.1. Competência da União	689
5.2. Competência dos Estados	690
5.3. Competência do Distrito Federal e dos Municípios	690
5.4. Instâncias deliberativas	691
5.4.1. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)	691
5.4.2. Competência do CNAS	692
6. Benefícios e serviços	693
6.1. Benefício de prestação continuada (BPC/LOAS)	693
6.2. Benefícios eventuais	698
6.3. Programas de assistência social	698
6.4. Projetos de enfrentamento da pobreza	699
6.5. Serviços	699
Exercícios de Fixação	699

Capítulo 25 – Saúde	703
1. Introdução	704
2. Princípios e diretrizes	704
3. Sistema Único de Saúde (SUS)	705
3.1. Objetivos e atribuições do SUS	706
3.2. Organização, direção e gestão	708
4. Serviços privados de saúde	709
4.1. Participação complementar da iniciativa privada no SUS	709
Exercícios de Fixação	710
Capítulo 26 – Competência para julgamento das ações previdenciárias	713
1. Benefícios previdenciários comuns	714
1.1. Reconhecimento de união estável	715
1.2. Juizados Especiais Federais	715
1.3. Desnecessidade de prévio requerimento administrativo como condição da ação previdenciária	716
2. Benefícios acidentários	717
3. Benefício de prestação continuada da assistência social	720
4. Ação de execução fiscal	721
5. Execução de contribuições previdenciárias na Justiça do Trabalho	722
6. Mandado de Segurança	723
7. Benefícios da previdência complementar	725
Exercícios de Fixação	725
Capítulo 27 – Súmulas previdenciárias	727
1. Súmulas do Supremo Tribunal Federal	728
2. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	729
3. Súmulas da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais	731
Exercícios de Fixação	733
Gabarito dos exercícios	736
Referências bibliográficas	737